

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2017



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado Especialidade Contadoria

Nome do Candidato
Caderno de Prova '07', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O cerne da justiça é a soma das ideias de igualdade e liberdade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

Juízo de valor

Um juízo de valor tem como origem uma percepção individual: alguém julga algo ou outra pessoa tomando por base o que considera um critério ético ou moral. Isso significa que diversos indivíduos podem emitir diversos juízos de valor para uma mesma situação, ou julgar de diversos modos uma mesma pessoa. Tais controvérsias são perfeitamente naturais; o difícil é aceitá-las com naturalidade para, em seguida, discuti-las. Tendemos a fazer do nosso juízo de valor um atestado de realidade: o que dissermos que é, será o que dissermos. Em vez da naturalidade da controvérsia a ser ponderada, optamos pela prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo.

Com o fenômeno da expansão das redes sociais, abertas a todas as manifestações, juízos de valor digladiam-se o tempo todo, na maior parte dos casos sem proveito algum. Sendo imperativa, a opinião pessoal esquiva-se da controvérsia, pula a etapa da mediação reflexiva e instala-se no posto da convicção inabalável. À falta de argumentos, contrapõem-se as paixões do ódio, do ressentimento, da calúnia, num triste espetáculo público de intolerância.

Constituem uma extraordinária orientação para nós todos estas palavras do grande historiador Eric Hobsbawm: “A primeira tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas as nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou.” A advertência de Hobsbawm não deve interessar apenas aos historiadores, mas a todo aquele que deseja dar consistência e legitimidade ao juízo de valor que venha a emitir.

(Péricles Augusto da Costa, inédito)

1. Os juízos de valor são considerados naturalmente controversos pelo fato de que
 - (A) simulam uma convicção quando apenas presumem o que seja um atributo da realidade.
 - (B) expressam a prepotência de quem se nega a discuti-los levando em conta a argumentação alheia.
 - (C) exprimem pontos de vista originários de percepções essencialmente subjetivas.
 - (D) correspondem a verdades absolutas que a realidade mesma dos fatos não é suficiente para comprovar.
 - (E) traduzem percepções equivocadas do que se considera a verdade autêntica de um fato.
2. O violento embate entre juízos de valor nas redes sociais poderia ser bastante amenizado no caso de se aceitar, conforme recomenda o historiador Hobsbawm, a disposição de
 - (A) evitar o julgamento de fenômenos históricos de difícil interpretação, sobretudo os que nos são contemporâneos.
 - (B) aceitar como legítimos os juízos de valor já consolidados na alta tradição dos historiadores mais experientes.
 - (C) definir com bastante precisão qual o juízo de valor a ser adotado como critério para a compreensão de um fato.
 - (D) preceder o juízo de valor do exame das condições históricas que determinam a atribuição de sentido ao objeto de julgamento.
 - (E) pressupor que a compreensão de um fato histórico depende da emissão de juízos de valor já legitimados socialmente.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *emitir diversos juízos de valor* (1º parágrafo) = incitar julgamentos diversificados.
 - (B) *naturalidade da controvérsia* (1º parágrafo) = espontaneidade da insubmissão.
 - (C) *juízos de valor digladiam-se* (2º parágrafo) = aferições vão ao encontro.
 - (D) *Sendo imperativa* (2º parágrafo) = Uma vez autoritária.
 - (E) *deseja dar consistência* (3º parágrafo) = volta-se para o que consiste.
4. As formas verbais atendem às normas de concordância e à adequada articulação entre tempos e modos na frase:
 - (A) Não deveriam caber àqueles que julgam caprichosamente tomar decisões que se baseavam em juízos de valor viciosos e precipitados.
 - (B) Acatassem os ensinamentos de Hobsbawm toda gente que se ocupa de julgar, menos hostilidades haverá nas redes sociais.
 - (C) A obsessão pelos juízos de valor, tão disseminados nas redes sociais, fazem com que viéssemos a difundir mais e mais preconceitos.
 - (D) Uma vez que se pretendam que as meras opiniões sejam tão consistentes quanto os argumentos, toda discussão terá sido inócua.
 - (E) Caberá aos historiadores verdadeiramente sérios todo o empenho na compreensão de um fenômeno, antes que venham a julgá-lo.



5. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Quanto maior o índice de preconceito, revelado numa opinião, o julgamento se torna manifestação de um valor que não cabe sustentar-se.
 - (B) Embora nem sempre se leve isso em conta, é enorme a distância entre argumentos que se discutam e juízos de valor que se emitam com paixão.
 - (C) A precedência de uma análise histórica, diante da qual um fato sucedido se subordina, é indiscutível para se avaliá-lo de modo sério e consequente.
 - (D) As pessoas mais autoritárias tendem a radicalizar suas opiniões, conquanto obtenham logo o aval dos contendores, quando então afetam alguma condescendência.
 - (E) Eles não gostam muito de polêmica, acham mais preferível impor seus pontos de vista, em cujos costumam haver traços de um partidarismo fútil.
-
6. *Em vez da naturalidade da controvérsia a ser ponderada, optamos pela prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo.*
- Uma nova e correta redação da frase acima, em que se preservem o sentido e a correção, poderá ser:
- A prepotência de um juízo de valor dado como exclusivo*
- (A) *torna-se uma opção nossa, em lugar da análise da natural controvérsia.*
 - (B) *é opcional, sendo-nos preferível à naturalidade da controvérsia admitida.*
 - (C) *vem a ser optativa, quando a preferimos em vez da ponderação natural da controvérsia.*
 - (D) *é uma opção nossa, indo ao encontro da controvérsia nem sempre aceita como natural.*
 - (E) *é sobretudo uma opção quando nos abstermos de considerar natural a controvérsia.*
-

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto abaixo.

[Em torno da memória]

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

(Adaptado de Ecléa Bosi. **Lembranças de velhos**. S. Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. 17)

7. Entende-se que a *memória não é sonho, é trabalho* quando se aceita o fato de que as lembranças nossas
- (A) requerem esforço e disciplina para que venham corresponder às reais experiências vividas no passado.
 - (B) exigem de nós a difícil manutenção dos mesmos pontos de vista que mantínhamos no passado.
 - (C) libertam-se do nosso inconsciente pela ação da análise que, no passado, não éramos capazes de elaborar.
 - (D) mostram-se trabalhosas por conta do esquecimento que as relega ao plano do nosso inconsciente.
 - (E) produzem-se como construções imagéticas cuja elaboração se dá com elementos do momento presente.
-
8. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) As imagens que guardamos do nosso passado nem sempre (**alcançar**) reproduzir as reais experiências do que vivemos.
 - (B) As experiências que as pessoas vivem no presente são determinantes para que (**produzir**) as imagens do que viveram no passado.
 - (C) Os trabalhos de memória, quando a pomos para funcionar, (**acabar**) por destacar a alteração que o tempo produziu em relação aos fatos passados.
 - (D) Melhor seria se as imagens que guardamos da infância mais remota (**favorecer**) um melhor aproveitamento das experiências do presente.
 - (E) A maioria das pessoas acredita que (**coincidir**) uma imagem do passado com outra imagem do presente.
-
9. A exclusão da vírgula altera o sentido da frase:
- (A) Certamente, imagem não é sonho porque requer muito trabalho da nossa imaginação.
 - (B) As imagens mais ricas do passado estão nos artistas, que são mais imaginosos.
 - (C) Quando alguém se põe a recordar, os fatos presentes adulteram o passado.
 - (D) Num tempo difícil como o nosso, muitas imagens do passado são ainda mais gratas.
 - (E) Não convém rememorar muito, se queremos atentar para as forças do presente.
-



10. Está correto o emprego de **ambos** os segmentos sublinhados na frase:
- (A) O passado que confiamos não volta mais, e ainda que voltasse não lhe reconheceríamos tal e qual o imaginamos.
 - (B) Lembranças não são simples devaneios, dos quais exigem a quem as cultiva um verdadeiro trabalho de construção de imagens.
 - (C) Há fatos no passado cuja percepção nos ocorre com frequência, mas por meio de imagens que os desfiguram inteiramente.
 - (D) A nitidez em que atribuímos a certas memórias é muito enganosa, pois resulta de operações mentais que sequer desconfiamos.
 - (E) Nossas lembranças mais iluminadas podem ser, sobre um ponto de vista realista, meras simulações de espaços que nem tivemos acesso.

Noções de Direito Administrativo

11. Numa licitação para contratação de serviços de desassoreamento de uma represa, a autarquia responsável pelo serviço desclassificou uma das licitantes sob o fundamento de que não teria preenchido os requisitos necessários para prestação da garantia da proposta. Restou, com isso, apenas uma licitante no procedimento, cabendo à Administração
- (A) revogar a licitação e reiniciar o procedimento, com revisão das condições impostas no edital, tendo em vista que a habilitação de apenas um licitante não cumpre a exigência legal de observância do princípio da competitividade.
 - (B) a possibilidade de concentrar as próximas fases da licitação, antecipando o resultado, porque já conhecido, como forma de privilegiar o princípio da eficiência.
 - (C) prosseguir com a licitação até final decisão, pois ainda que já se conheça o possível resultado do certame, é necessário verificar o atendimento de todos os requisitos e o cumprimento de todas as fases.
 - (D) reavaliar a decisão de desclassificação, para possibilitar o aditamento da documentação apresentada no caso do vício ser sanável, de modo a garantir que o certame prossiga com efetiva disputa.
 - (E) anular a licitação, diante do vício de legalidade referente à ausência de competidores, republicando-se o edital, com possibilidade de aproveitamento dos atos já praticados no procedimento.
12. A Secretaria da Educação de determinado Estado identificou aumento significativo no número de licenças-saúde solicitadas pelos professores da rede estadual de ensino. Solicitada auditoria interna, apurou-se que a grande maioria dos laudos médicos que embasavam os pedidos foram subscritos pelo mesmo profissional, também servidor público. Diante de regular apuração, constatou-se que o profissional em questão estava, em verdade, cobrando pela confecção dos laudos para que aqueles servidores se beneficiassem com as licenças. Esse cenário
- (A) demonstra a prática, pelo subscritor dos laudos médicos, de ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, ainda que não seja possível a demonstração de dolo, dada a gravidade da infração.
 - (B) demonstra o dolo na prática da modalidade que gera enriquecimento ilícito e possibilita a tipificação de ato de improbidade ao médico subscritor dos laudos, estendendo-se as imputações aos servidores beneficiados pelos referidos atos.
 - (C) atesta a configuração de infração disciplinar pelos servidores envolvidos, mas não se consubstancia em fundamento para imputação de ato de improbidade, diante da ausência de conduta dolosa por parte dos mesmos.
 - (D) atesta a configuração de ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, porque demonstrado o dolo tanto do médico responsável pela elaboração dos laudos, quanto dos servidores que pagavam pela confecção dos referidos trabalhos.
 - (E) indica a prática de infração criminal, passível de ser apenas com demissão na esfera administrativa, o que torna prejudicada eventual imputação de ato de improbidade.
13. A estruturação da Administração pública em Administração direta e indireta traz implicações para o exercício das atividades que devem ser disponibilizadas aos administrados, direta ou indiretamente. Para tanto,
- (A) as pessoas jurídicas que integram a Administração indireta são dotadas dos mesmos poderes típicos da Administração indireta, a exemplo do poder de polícia, com a peculiaridade de que todos os aspectos de seu exercício devem estar expressamente previstos em lei.
 - (B) a Administração central remanesce exercendo o poder hierárquico sobre as pessoas jurídicas que integram a Administração indireta, como forma de garantir o alinhamento do escopo institucional desses entes com as diretrizes do Poder Executivo.
 - (C) o poder normativo inerente ao Chefe do Poder Executivo não pode ser delegado aos entes que integram a Administração indireta, independentemente da matéria ou da natureza jurídica dos mesmos, por se tratar de competência exclusiva.
 - (D) os entes que integram a Administração pública indireta ficam adstritos ao escopo institucional previsto nas leis ou atos que os instituíram, cabendo à Administração Central o acompanhamento dessa atuação, no regular exercício do poder de tutela, que não implica, contudo, ascendência hierárquica sobre os mesmos, salvo expressa disposição nesse sentido.
 - (E) a discricionariedade, inerente à atuação da Administração pública direta, não se estende aos entes que integram a Administração pública indireta, cuja atuação deve vir prevista em lei, à exceção das agências reguladoras, que exercem poder normativo autônomo.

**Atos Normativos**

14. Em razão da campanha nacional de conscientização sobre o câncer de próstata, conhecido como Novembro Azul, a Associação "A" está distribuindo camisetas azuis de excelente qualidade e marca conhecida, para a divulgação do exame preventivo objetivando a redução de casos de câncer de próstata no País. Já a Associação "B" está distribuindo brindes sem valor comercial da campanha nacional educativa e da mobilização pelo fim da violência contra as mulheres, visando a proteção da mulher em face da violência doméstica. Vale salientar que ambas as Associações pretendem prestar serviços para determinado Tribunal Regional Federal. Nestes casos, de acordo com a Resolução nº 147/2011 do Conselho da Justiça Federal, Caio e Gabriel, servidores públicos efetivos da Justiça Federal,
- (A) poderão aceitar as camisetas e os brindes, uma vez que caracterizam hipóteses de exceção à proibição de aceitar presentes previstas na referida Resolução.
 - (B) não poderão aceitar as camisetas e os brindes, uma vez que é vedado aos servidores públicos efetivos da Justiça Federal aceitarem qualquer tipo de presente, sem qualquer exceção.
 - (C) somente poderão aceitar as camisetas, uma vez que se trata da única exceção à proibição de aceitar presentes prevista na referida Resolução.
 - (D) somente poderão aceitar os brindes, uma vez que se trata da única exceção à proibição de aceitar presentes prevista na referida Resolução.
 - (E) não poderão aceitar as camisetas e os brindes, uma vez que é vedado aos servidores públicos efetivos da Justiça Federal aceitarem qualquer tipo de presente, com exceção aos brindes natalinos sem valor comercial.
-
15. De acordo com a Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, no que concerne especificamente ao Comitê Gestor do Código de Conduta, cada Tribunal Regional Federal terá
- (A) dois comitês gestores formados por servidores nomeados pelo seu presidente; um comitê gestor no Conselho da Justiça Federal, sendo que as atribuições dos comitês gestores do Código de Conduta serão formalizadas por ato do presidente do Conselho da Justiça Federal.
 - (B) dois comitês gestores formados por servidores nomeados pelo seu presidente; outros dois no Conselho da Justiça Federal, sendo que as atribuições dos comitês gestores do Código de Conduta serão formalizadas por ato do presidente do Conselho da Justiça Federal.
 - (C) um comitê gestor formado por servidores nomeados pelo Corregedor Geral de Justiça; outro tanto no Conselho da Justiça Federal, sendo que as atribuições do comitê gestor do Código de Conduta serão formalizadas por ato do presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) dois comitês gestores formados por servidores nomeados pelo Corregedor Geral de Justiça; outros dois no Conselho da Justiça Federal, sendo que as atribuições dos comitês gestores do Código de Conduta serão formalizadas por ato do presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) um comitê gestor formado por servidores nomeados pelo seu presidente; outro tanto no Conselho da Justiça Federal, sendo que as atribuições do comitê gestor do Código de Conduta serão formalizadas por ato do presidente do Conselho da Justiça Federal.
-

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

16. No tocante aos elementos de urbanização, considere:
- I. No mínimo 10% de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nas vias públicas e nos parques devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.
 - II. O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes não compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
 - III. Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

De acordo com a Lei nº 10.098/2000, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) I.



17. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, considere os requisitos abaixo.

- I. Percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum.
- II. Percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos.
- III. Cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos requisitos mínimos de acessibilidade previstos em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

18. Dispõe o Decreto nº 5.296/2004 que nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferências e similares é obrigatória a *destinação de dois por cento dos assentos para acomodação de pessoas portadoras de deficiência visual e de pessoas com mobilidade reduzida, incluindo obesos, em locais de boa recepção de mensagens sonoras, devendo todos ser devidamente sinalizados e estar de acordo com os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT*. Segundo o referido Decreto, a pessoa com mobilidade reduzida é aquela que,

- (A) não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- (B) se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- (C) se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se necessariamente de forma permanente ou seja, com impossibilidade de reversão, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- (D) não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se necessariamente de forma permanente, ou seja, com impossibilidade de reversão, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.
- (E) se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando qualquer tipo de redução da mobilidade motora em qualquer grau ou nível específico de dificuldade ou inabilidade.

Noções de Sustentabilidade

19. Nos termos da Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, a comissão gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário – PLS-PJ

- (A) será composta por, no mínimo, dois servidores, que serão designados pela alta administração no prazo de 10 dias, contados a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.
- (B) terá a atribuição de monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário – PLS-PJ do seu órgão, sendo vedada a elaboração que é atribuição específica de comissão diversa constituída exclusivamente para este fim.
- (C) será composta por, no mínimo, três servidores, que serão designados pela alta administração no prazo de 15 dias, contados a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.
- (D) será composta, obrigatoriamente, por seis servidores da unidade ou núcleo socioambiental, da unidade de planejamento estratégico e da área de compras ou aquisições do órgão ou conselho do Poder Judiciário.
- (E) será composta, obrigatoriamente, por um servidor da unidade ou núcleo socioambiental, da unidade de planejamento estratégico e da área de compras ou aquisições do órgão ou conselho do Poder Judiciário.

20. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, o plano de gerenciamento de resíduos sólidos

- (A) é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.
- (B) não atinge os resíduos industriais, ou seja, aqueles gerados nos processos produtivos e instalações industriais, uma vez que estes não estão sujeitos a este plano de gerenciamento.
- (C) não atinge os resíduos de mineração, ou seja, os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios, uma vez que estes não estão sujeitos a este plano de gerenciamento.
- (D) terá como causa obstativa de sua implementação ou operacionalização a inexistência do plano municipal de gestão integrada.
- (E) será aprovado ou não pela autoridade estadual competente nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, em razão da incompetência absoluta da autoridade municipal nestes casos específicos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral

21. A Cia. Adrenalina S.A. é uma empresa comercial e apresentava as seguintes demonstrações contábeis:

Balanco Patrimonial			(em reais)		
Ativo	31/12/15	31/12/16	Passivo	31/12/15	31/12/16
Ativo Circulante	275.000	368.000	Passivo Circulante	112.000	85.000
Disponível	210.000	287.000	Fornecedores	82.000	70.000
Duplicatas a Receber	42.000	35.000	Salários a Pagar	30.000	15.000
Estoques	23.000	46.000			
			Passivo Não Circulante	128.000	78.000
Ativo Não Circulante	165.000	85.000	Empréstimos	128.000	78.000
Imobilizado					
Terreno	70.000	–	Patrimônio Líquido	200.000	290.000
Imóveis	100.000	100.000	Capital Social	200.000	200.000
Depreciação Acumulada	(5.000)	(15.000)	Reservas de Lucros	-	90.000
Total do Ativo	440.000	453.000	Total do Passivo + PL	440.000	453.000

Demonstração do Resultado 01/01/2016 a 31/12/2016		(em reais)
Receita Bruta de Vendas		290.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos		(120.000)
(=) Lucro Bruto		170.000
(-) Despesas Operacionais		
Despesa de Salários		(50.000)
Despesa de Seguros		(15.000)
Despesa de depreciação		(10.000)
(+) Outras receitas operacionais		
Lucro na venda do Terreno		17.000
(=) Lucro antes do resultado financeiro		112.000
(-) Despesa financeira (juros)		(8.000)
(=) Lucro antes do IR e CSLL		104.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL		(14.000)
(=) Lucro Líquido		90.000

De acordo com as informações acima e sabendo-se: que os juros não foram pagos, que o valor da venda do terreno foi recebido e que os imóveis foram adquiridos à vista, o fluxo de caixa decorrente das Atividades Operacionais gerado no ano de 2016 foi, em reais,

- (A) 65.000,00.
- (B) 108.000,00.
- (C) 91.000,00.
- (D) 48.000,00.
- (E) 40.000,00.

22. A Cia. Recursos Limitados é uma companhia de capital aberto e, em 01/01/2016, adquiriu uma máquina por meio de arrendamento mercantil financeiro, para ser paga em 5 prestações anuais de R\$ 68.951,48 cada, vencendo a primeira em 31/12/2016. Se a Cia. tivesse adquirido a máquina à vista teria pago R\$ 327.000,00. Sabendo que o valor presente das prestações é de R\$ 325.000,00 e que a taxa efetiva de juros é de 2% ao ano, no exercício social de 2016 a Cia. Recursos Limitados reconheceu um

- (A) ativo imobilizado de R\$ 327.000,00, apenas.
- (B) passivo financeiro de R\$ 344.757,40, apenas.
- (C) ativo imobilizado de R\$ 325.000,00 e despesa financeira de R\$ 6.500,00.
- (D) ativo imobilizado de R\$ 327.000,00 e despesa financeira de R\$ 6.540,00.
- (E) passivo financeiro de R\$ 325.000,00 e despesa financeira de R\$ 19.757,40.



23. A empresa Papel & Cia. S.A. adquiriu, em 31/12/2015, 30% de participação na empresa Rocha & Cia. S.A. O Patrimônio Líquido da empresa Rocha & Cia S.A. era composto apenas pelo Capital Social, o qual era formado por 4.000 ações ordinárias. Sabendo que a empresa Rocha & Cia. S.A. obteve, em 2016, lucro líquido de R\$ 300.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 80.000,00, a empresa Papel & Cia. S.A., em 2016, reconheceu Receita de
- (A) Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 90.000,00, em função de avaliar a empresa Rocha & Cia. S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
 - (B) Dividendos no valor de R\$ 24.000,00, em função de avaliar a empresa Rocha & Cia. S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
 - (C) Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 66.000,00, em função de avaliar a empresa Rocha & Cia. S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
 - (D) Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 90.000,00 e Receita de Dividendos no valor de R\$ 24.000,00, em função de avaliar a empresa Rocha & Cia. S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
 - (E) Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 66.000,00 e Receita de Dividendos no valor de R\$ 24.000,00, em função de avaliar a empresa Rocha & Cia. S.A. pelo método da equivalência patrimonial.
-
24. A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era R\$ 550.000,00, o qual era composto por:
- Custo de aquisição: R\$ 740.000,00
- Perda por desvalorização reconhecida (em 2015): R\$ 190.000,00
- Em 31/12/16, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ágio (teste de *impairment*) e obteve as seguintes informações:
- Valor em uso: R\$ 580.000,00.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 480.000,00.
- O valor que a Cia. Investidora apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para este ativo (ágio) foi, em reais,
- (A) 580.000,00.
 - (B) 550.000,00.
 - (C) 480.000,00.
 - (D) 740.000,00.
 - (E) 450.000,00.
-
25. A Cia. de Eletrodomésticos efetua suas vendas somente à vista e concede aos seus compradores uma garantia contra defeitos de fabricação por um prazo de um ano após a data da compra. Em 31/12/2016, a Cia. vendeu um total de R\$ 2.000.000,00 e estimou, com a utilização de um modelo estatístico validado e com alto grau de confiabilidade, que os gastos para reparar os eventuais defeitos correspondiam a 4% do volume total de vendas. Os valores apresentados nas demonstrações contábeis de 2016, da Cia. de Eletrodomésticos, referentes a esta operação foram, em reais,
- (A) Receita de Vendas (em 2016) no valor de R\$ 2.000.000,00; Duplicatas a Receber (31/12/2016) no valor de R\$ 2.000.000,00.
 - (B) Receita de Vendas (em 2016) no valor de R\$ 2.000.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa (31/12/2016) no valor de R\$ 1.920.000,00; Despesa com Provisão (em 2016) no valor de R\$ 80.000,00.
 - (C) Receita de Vendas (em 2016) no valor de R\$ 1.920.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa (31/12/2016) no valor de R\$ 1.920.000,00; Despesa com Provisão (em 2016) no valor de R\$ 80.000,00; Provisão para Garantia (31/12/2016) no valor de R\$ 80.000,00.
 - (D) Receita de Vendas (em 2016) no valor de R\$ 1.920.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa (31/12/2016) no valor de R\$ 2.000.000,00; Provisão para Garantia (31/12/2016) no valor de R\$ 80.000,00.
 - (E) Receita de Vendas (em 2016) no valor de R\$ 2.000.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa (31/12/2016) no valor de R\$ 2.000.000,00; Despesa com Provisão (em 2016) no valor de R\$ 80.000,00; Provisão para Garantia (31/12/2016) no valor de R\$ 80.000,00.
-
26. A Cia. Inovar adquiriu em 01/01/2015 um caminhão por R\$ 240.000,00, à vista. Para entregar seus produtos aos seus clientes, a Cia. gastou mais R\$ 100.000,00 na aquisição de uma carroceira específica. A vida útil econômica do caminhão, na data de aquisição, foi estimada em 5 anos e o valor residual foi estimado em R\$ 80.000,00.
- Em 30/06/2017, a Cia. Inovar vendeu este caminhão por R\$ 180.000,00 à vista. O resultado apurado na venda do caminhão foi, em reais,
- (A) 30.000,00 de prejuízo.
 - (B) 50.000,00 de lucro.
 - (C) 20.000,00 de lucro.
 - (D) 10.000,00 de lucro.
 - (E) 60.000,00 de prejuízo.



27. A Cia. Vende & Conserta vendeu, durante o mês de dezembro de 2016, R\$ 1.828.560,00, cujas informações disponíveis são as seguintes:

Data	Valores em Reais (R\$)	Data de vencimento
01/12/2016	968.560,00	01/12/2018
15/12/2016	350.000,00	À vista
24/12/2016	230.000,00	À vista
28/12/2016	280.000,00	À vista

A taxa de juros mensal, cobrada nas vendas a prazo, é de 0,8% ao mês, que equivale a uma taxa de juros de 21,07% para o prazo total da venda ocorrida em 01/12/2016.

Na Demonstração do Resultado do ano de 2016 da Cia. Vende & Conserta, decorrente especificamente das vendas efetuadas durante o mês de dezembro de 2016,

- (A) foi evidenciada receita de vendas = R\$ 1.828.560,00, apenas.
- (B) foi evidenciada receita de vendas = R\$ 1.624.484,00, apenas.
- (C) foram evidenciadas receita de vendas = R\$ 1.624.484,40 e receita financeira = R\$ 6.115,88.
- (D) foram evidenciadas receita de vendas = R\$ 1.660.000,00 e receita financeira = R\$ 6.400,00.
- (E) foram evidenciadas receita de vendas = R\$ 1.660.000,00 e receita financeira = R\$ 13.280,00.
-
28. A Cia. Resgata Tudo aplicou R\$ 800.000,00 em ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria mantida até o vencimento e o restante seria destinado para negociação imediata. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 31/08/2017. O valor justo de todos os títulos, em 30/09/2017, era R\$ 780.000,00. Os valores apresentados no Balanço Patrimonial, em 30/09/2017, para os títulos que serão mantidos até o vencimento e para os títulos destinados para negociação imediata foram, respectivamente, em reais,
- (A) 400.000,00 e 400.000,00.
- (B) 390.000,00 e 390.000,00.
- (C) 404.000,00 e 404.000,00.
- (D) 390.000,00 e 404.000,00.
- (E) 404.000,00 e 390.000,00.
-

29. A Empresa XYZ realizou, durante o ano de 2016, transações que resultaram no saldo apresentado nas seguintes contas (valores em reais):

Perda em instrumentos financeiros derivativos	2.500,00
Comissões sobre vendas	1.500,00
Desconto financeiro concedido	1.500,00
Receita bruta de vendas	60.000,00
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	1.000,00
Receita de equivalência patrimonial	2.000,00
Despesas com fretes sobre vendas	5.000,00
Devolução de vendas	5.000,00
Abatimento sobre vendas	1.000,00
Despesas administrativas	4.000,00
Impostos sobre vendas	3.500,00
Custo das mercadorias vendidas	25.000,00

O valor da receita líquida e do lucro bruto apurado no ano de 2016 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 56.500,00 e 31.500,00.
- (B) 51.500,00 e 26.500,00.
- (C) 50.500,00 e 25.500,00.
- (D) 51.500,00 e 25.000,00.
- (E) 50.500,00 e 24.000,00.



30. A empresa JKL iniciou as suas atividades em 01/01/2016 e, durante o ano de 2016, realizou as seguintes transações:
- Subscrição do capital social no valor de R\$ 150.000,00, sendo integralizado totalmente em dinheiro em 01/01/2016.
 - Aquisição à vista de prédio no valor de R\$ 50.000,00, em 01/01/2016.
 - Compra de mercadorias a prazo, em 02/01/2016, no valor total de R\$ 40.000,00, com pagamento sem juros para 01/02/2017.
 - Aquisição à vista de veículo no valor de R\$ 30.000,00, em 01/03/2016.
 - Venda, em 30/06/2016, de 20% do estoque de mercadorias adquirido anteriormente por R\$ 30.000,00, sendo recebido 50% à vista e 50% para 15/02/2017.
 - Aquisição à vista de *software* no valor de R\$ 10.000,00, em 01/07/2016.
 - Pagamento à vista de despesas gerais no valor de R\$ 10.000,00, em 31/12/2016.

Sabe-se que a vida útil econômica do prédio é de 20 anos, a do veículo e do *software* é de 5 anos e a empresa adota o critério de cotas constantes para cálculo da depreciação e amortização. O total do ativo e do patrimônio líquido apresentado em 31/12/2016 e o lucro líquido apurado no ano de 2016 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 193.500,00; 151.500,00; 1.500,00.
- (B) 202.000,00; 153.500,00; 3.500,00.
- (C) 193.500,00; 153.500,00; 3.500,00.
- (D) 202.000,00; 152.500,00; 2.500,00.
- (E) 191.500,00; 151.500,00; 1.500,00.

31. Em 31/12/2016, a empresa DEF apresentou as seguintes informações do Patrimônio Líquido.

- Reserva legal no valor de R\$ 2.000,00
- Ágio na emissão de ações no valor de R\$ 30.000,00
- Perda com instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa R\$ 5.000,00
- Capital autorizado no valor de R\$ 300.000,00, sendo que 30% representa o capital a subscrever
- Reserva estatutária no valor de R\$ 1.000,00
- Ações em tesouraria no valor de R\$ 15.000,00
- Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 1.500,00
- Capital a integralizar no valor de R\$ 75.000,00

O valor do Capital Social e do Patrimônio Líquido, em 31/12/2016, eram, em reais,

- (A) 210.000,00 e 239.500,00.
- (B) 135.000,00 e 149.500,00.
- (C) 120.000,00 e 149.500,00.
- (D) 120.000,00 e 179.500,00.
- (E) 135.000,00 e 179.500,00.

32. A empresa PQR iniciou as suas atividades em 01/01/2016 e, durante janeiro de 2016, realizou as seguintes transações:

- Em 02/01/2016, comprou mercadorias (30 unidades) no valor de R\$ 5.700,00, e pagou, adicionalmente, frete no valor de R\$ 300,00.
- Em 04/01/2016, comprou mercadorias (25 unidades) no valor de R\$ 4.450,00, e pagou, adicionalmente, frete no valor de R\$ 550,00.
- Em 12/01/2016, comprou mercadorias (35 unidades) no valor total de R\$ 7.000,00.
- Em 15/01/2016, vendeu mercadorias (50 unidades) por R\$ 25.000,00 à vista. Para a entrega das mercadorias, a empresa pagou frete no valor de R\$ 400,00.
- Em 19/01/2016, comprou mercadorias (20 unidades) no valor total de R\$ 4.600,00.
- Em 30/01/2016, vendeu mercadorias (20 unidades) por R\$ 10.000,00, à vista.

Sabendo-se que a empresa PQR não possuía estoque inicial, os valores do Lucro Bruto apurado usando os critérios de avaliação de estoque Primeiro que Entra Primeiro que Sai – PEPS e Custo Médio Ponderado Móvel foram, respectivamente, em reais,

- (A) 21.000,00 e 20.800,00.
- (B) 20.600,00 e 20.400,00.
- (C) 21.000,00 e 20.400,00.
- (D) 21.450,00 e 20.800,00.
- (E) 21.850,00 e 21.398,00.

**Contabilidade Pública**

33. Uma entidade pública federal adquiriu, em 30/12/2016, um imóvel para ser utilizado para a prestação de serviços para a população, data a partir da qual passou a ter a capacidade de utilizá-lo e restringir o acesso de terceiros ao mesmo. Em 17/01/2017, a propriedade legal do imóvel foi transferida para a entidade pública federal. Contudo, em 20/02/2017, antes de o imóvel estar em condições de uso, constatou-se que o terreno onde ele foi construído estava contaminado e, portanto, o acesso de pessoas ao imóvel foi proibido permanentemente pela justiça, o que gerou para a entidade pública federal impossibilidades quanto ao seu uso para a prestação de serviços, à geração de fluxos de caixa ou à redução de saídas de caixa. Assim, para a entidade pública federal, o imóvel
- (A) era um ativo em 20/02/2017, pois teve como origem a aquisição em 30/12/2016.
 - (B) era um ativo em 20/02/2017, dada a sua capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - (C) não era um ativo em 20/02/2017, em decorrência da falta de controle do recurso.
 - (D) era um ativo em 20/02/2017, dado o seu potencial de serviços.
 - (E) não era um ativo em 30/12/2016, em decorrência da falta de propriedade legal do imóvel.
-
34. Para promover o controle social, uma entidade pública divulgou informações financeiras e não financeiras sobre a sua frota de veículos em seu Relatório Contábil de Propósito Geral. Tais informações permitiram que os cidadãos fizessem um julgamento sobre a capacidade de a entidade pública atender às demandas futuras da população que exigirão o uso de veículos. Portanto, as informações financeiras e não financeiras divulgadas possuíam a característica qualitativa
- (A) da relevância porque possuía valor preditivo.
 - (B) da compreensibilidade porque possuía valor confirmatório.
 - (C) do custo-benefício porque possuía valor preditivo.
 - (D) da materialidade porque possuía valor confirmatório.
 - (E) da comparabilidade porque possuía valor preditivo.
-
35. De acordo com a NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação, o reconhecimento de uma receita de transação sem contraprestação pelo governo federal decorre
- (A) da arrecadação de receitas oriundas de imóveis alugados em condições normais de mercado.
 - (B) da ocorrência do fato gerador do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.
 - (C) da contribuição dos proprietários.
 - (D) da obtenção de operação de crédito para a aquisição de bens imóveis.
 - (E) dos gastos tributários.
-
36. Em 14/11/2016, um funcionário de uma empresa que presta serviços de limpeza para uma determinada entidade pública reclamou na justiça o direito de receber horas extras e incluiu na ação tal entidade pública como ré. Até 31/12/2016, a entidade pública não havia reconhecido e/ou evidenciado qualquer passivo. Em 31/12/2016, o setor jurídico da entidade pública julgou que a obrigação era possível, mas a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços era remota. De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, nas demonstrações contábeis da entidade pública referentes ao exercício financeiro de 2016,
- (A) uma provisão trabalhista deve ser reconhecida.
 - (B) uma provisão civil deve ser reconhecida.
 - (C) um passivo contingente deve ser reconhecido.
 - (D) um passivo contingente deve ser evidenciado.
 - (E) um passivo contingente não precisa ser evidenciado.
-
37. De acordo com a NBC TSP 04 – Estoques, o estoque de
- (A) canetas esferográficas adquirido por meio de processo licitatório deve ser mensurado pelo seu valor realizável líquido se este for maior do que o seu custo.
 - (B) cartuchos de impressora recebidos em doação em outubro de 2016 deve ser mensurado pelo valor justo da data das demonstrações contábeis de 31/12/2016.
 - (C) folders informativos para distribuição gratuita à população deve ser mensurado pelo custo corrente de reposição se este for menor do que o seu custo.
 - (D) lâmpadas adquirido por meio de processo licitatório pode ser avaliado pelo critério de mensuração Último a Entrar Primeiro a Sair – UEPS.
 - (E) pastas suspensas deve ter seu valor contábil reconhecido como despesa no resultado patrimonial no momento do empenho da despesa.



38. Pelo método de custeio direto, os custos do mês de setembro de 2017 de um Tribunal incluem
- (A) os gastos de R\$ 5.000,00, em setembro de 2017, com a aquisição de materiais de expediente que foram consumidos em outubro de 2017 pelo Tribunal.
 - (B) a depreciação dos equipamentos de informática do Tribunal no valor de R\$ 339.000,00 referente ao mês de setembro de 2017.
 - (C) os gastos de R\$ 200.000,00, em setembro de 2017, com a aquisição de *softwares* para o Tribunal, cuja vida útil é de três anos.
 - (D) o pagamento no valor de R\$ 2.000.000,00 de despesas do Tribunal com aposentadorias e pensões referentes ao mês de setembro de 2017.
 - (E) o pagamento no valor de R\$ 18.000.000,00 de remuneração a pessoal ativo do Tribunal referente ao mês de agosto de 2017.

Atenção: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 39 a 41.

As transações hipotéticas ocorridas no mês de agosto de 2017 em uma determinada entidade pública federal foram:

- Empenho e liquidação de despesa com material de expediente no valor de R\$ 333.000,00. O material foi entregue pelo fornecedor em 16/08/2017 e a despesa foi paga em setembro de 2017.
- Lançamento e arrecadação de taxas no valor de R\$ 45.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de agosto de 2017.
- Lançamento de receitas de juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos no valor de R\$ 1.560,00. Tais receitas são referentes ao mês de agosto de 2017 e foram arrecadadas em setembro de 2017.
- Arrecadação de receitas de aluguel no valor de R\$ 2.100,00. Tais receitas são referentes ao mês de julho de 2017.
- Lançamento e arrecadação de transferências correntes intragovernamentais no valor de R\$ 22.220.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de agosto de 2017.
- Pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 18.600.000,00 referente ao mês de julho de 2017.
- Empenho e liquidação de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 18.435.000,00 referente ao mês de agosto de 2017.
- Reconhecimento da depreciação mensal do Ativo Imobilizado – veículos no valor de R\$ 427.000,00.
- Reconhecimento da amortização mensal do Ativo Intangível – *software* no valor de R\$ 767.000,00.
- Empenho e liquidação de despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 88.000,00 referente à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação e de emergência. Tais despesas foram pagas em setembro de 2017.
- Pagamento a fornecedores no valor de R\$ 148.000,00 referentes a despesas com material de distribuição gratuita.
- Empenho de despesa com aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 126.000,00. A entrega dos equipamentos pelo fornecedor e a liquidação da despesa ocorreram em 31/08/2017. Tais despesas foram pagas em setembro de 2017.

Informação Adicional: As despesas com Pessoal e Encargos Sociais são despesas correntes.

39. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em agosto de 2017, o aumento do ativo foi, em reais,
- (A) 2.785.660,00.
 - (B) 2.324.560,00.
 - (C) 2.948.560,00.
 - (D) 2.783.560,00.
 - (E) 2.931.560,00.
40. Com base nessas transações tomadas em conjunto, em agosto de 2017, o impacto positivo no resultado patrimonial foi, em reais,
- (A) 2.218.660,00.
 - (B) 2.401.560,00.
 - (C) 2.216.560,00.
 - (D) 2.549.560,00.
 - (E) 2.383.000,00.



41. Com base nessas transações tomadas em conjunto e conforme disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o impacto positivo no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, em agosto de 2017, foi, em reais,
- (A) 3.519.100,00.
- (B) 3.684.100,00.
- (C) 3.667.100,00.
- (D) 3.517.000,00.
- (E) 4.713.100,00.
-
42. Em 30/09/2016, uma entidade pública realizou o empenho de despesa para a renovação de 50 licenças de uso de um *software* não integrante de *hardware* pelo valor total de R\$ 630.000,00. Em decorrência da transferência das atividades, em que o *software* é utilizado, para outro setor, houve a necessidade de treinamento dos servidores do setor que passaram a realizar tais atividades. Assim, na primeira quinzena de outubro de 2016, a entidade pública realizou o empenho e a liquidação da despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor R\$ 138.000,00, referente ao serviço de treinamento dos servidores para uso do *software*. Em 01/11/2016, a despesa com a renovação das 50 licenças foi liquidada, data em que o ativo foi colocado em condições de uso e a entidade iniciou a sua utilização. De acordo com os termos das licenças, o *software* pode ser utilizado pela entidade por um período de 2 anos. Sabendo que a entidade utiliza o método linear para o cálculo da amortização, a variação patrimonial diminutiva referente à amortização do *software* no exercício financeiro de 2016 foi, em reais,
- (A) 52.500,00.
- (B) 64.000,00.
- (C) 32.000,00.
- (D) 26.500,00.
- (E) 78.750,00.

Atenção: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 43 e 44.

Considere os dados, a seguir, extraídos das demonstrações contábeis de uma determinada entidade pública referente ao exercício financeiro de 2016 (valores em reais):

Receita Orçamentária Lançada	4.000.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada	3.800.000,00
Dotação Atualizada	224.000.000,00
Despesa Empenhada	218.500.000,00
Despesa Liquidada	206.850.000,00
Despesa Paga	189.345.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	223.210.000,00
Recebimento de Depósito Caução	1.000.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	3.500.000,00
Reconhecimento do Ajuste de Perdas em Estoques	3.000.000,00

43. O resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2016, conforme estabelece a Lei nº 4.320/1964, foi um déficit de, em reais,
- (A) 203.050.000,00.
- (B) 214.500.000,00.
- (C) 202.850.000,00.
- (D) 185.545.000,00.
- (E) 214.700.000,00.



44. O resultado financeiro positivo e os recebimentos extraorçamentários evidenciados no Balanço Financeiro referente ao exercício financeiro de 2016 foram, respectivamente, em reais,
- (A) 6.010.000,00 e 1.000.000,00.
 - (B) 32.165.000,00 e 29.155.000,00.
 - (C) 35.165.000,00 e 30.155.000,00.
 - (D) 3.010.000,00 e 29.155.000,00.
 - (E) 35.165.000,00 e 1.000.000,00.
-
45. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, as contas “Perdas com Alienação de Imobilizado” e “Disponibilidade por Destinação de Recursos Comprometida por Empenho” pertencem, respectivamente, às classes
- (A) 4 e 6.
 - (B) 4 e 7.
 - (C) 3 e 7.
 - (D) 4 e 8.
 - (E) 3 e 8.
-

Noções de Auditoria Governamental

46. De acordo com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT, as auditorias são classificadas quanto à natureza em auditorias
- (A) contábeis e orçamentárias.
 - (B) de regularidade e operacionais.
 - (C) de legalidade e de legitimidade.
 - (D) contábeis e de desempenho.
 - (E) financeiras e de conformidade.
-
47. De acordo com os artigos 19 e 20 da Lei nº 101/2000, a despesa total com pessoal do Poder Judiciário Federal não poderá ultrapassar o limite de 6% da Receita Corrente Líquida da União. A comparação entre a despesa total com pessoal e os limites estabelecidos pela Lei nº 101/2000 deve ser apresentada no Relatório
- (A) Resumido de Execução Orçamentária, e o Tribunal de Contas da União alertará o Poder Judiciário caso a despesa total com pessoal ultrapassar o limite de 5% da Receita Corrente Líquida.
 - (B) de Gestão Fiscal, e o Tribunal de Contas da União alertará o Poder Judiciário caso a despesa total com pessoal ultrapassar o limite de 5% da Receita Corrente Líquida.
 - (C) Resumido de Execução Orçamentária, e o Tribunal de Contas da União alertará o Poder Judiciário caso a despesa total com pessoal ultrapassar o limite de 5,7% da Receita Corrente Líquida.
 - (D) de Gestão Fiscal, e o Tribunal de Contas da União alertará o Poder Judiciário caso a despesa total com pessoal ultrapassar o limite de 5,4% da Receita Corrente Líquida.
 - (E) Resumido de Execução Orçamentária, e o Tribunal de Contas da União alertará o Poder Judiciário caso a despesa total com pessoal ultrapassar o limite de 5,4% da Receita Corrente Líquida.
-
48. Um Tribunal de Contas realizou auditoria em uma determinada entidade pública em 2016 e constatou que a entidade adquiriu e utilizou combustível em sua frota de veículos em março de 2015, mas o empenho para a realização da referida despesa aconteceu em abril de 2015, em desacordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964. Neste caso, houve a verificação
- (A) concomitante da eficiência dos atos de execução orçamentária.
 - (B) subsequente da eficiência dos atos de execução orçamentária.
 - (C) prévia da legalidade dos atos de execução orçamentária.
 - (D) concomitante da legalidade dos atos de execução orçamentária.
 - (E) subsequente da legalidade dos atos de execução orçamentária.
-



49. Na auditoria das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TA 230 (R1) – Documentação de Auditoria, a documentação de auditoria, que atende às exigências de tal Norma e às exigências específicas de documentação de outras normas de auditoria relevantes, fornece evidência
- (A) da base do auditor para uma conclusão sobre a segurança absoluta de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante.
 - (B) de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis.
 - (C) da base para o auditor promover alterações nos registros contábeis de forma que possa ter razoável segurança que, como um todo, as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
 - (D) de que o risco de auditoria foi eliminado, mesmo na existência de riscos de distorção relevante e de detecção.
 - (E) de que o auditor não exercitou o julgamento profissional ao planejar e executar a auditoria de demonstrações contábeis.

Administração Orçamentária e Financeira

Atenção: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 50 e 51.

As seguintes informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma determinada entidade pública referentes a transações ocorridas no mês de agosto de 2017:

- Empenho de despesa referente a diárias no valor de R\$ 10.000,00. A despesa foi liquidada em 01/09/2017 e paga em 04/09/2017 pelo valor do empenho.
 - Empenho, liquidação e pagamento de despesa referente a horas extras realizadas por servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 9.000,00.
 - Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 8.000,00, contratados para a manutenção dos elevadores da entidade. A despesa foi liquidada e paga em 04/09/2017 pelo valor do empenho.
 - Pagamento de despesa referente aos proventos da aposentaria dos servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 50.000,00.
 - Empenho, liquidação e pagamento de despesa referente a suprimento de fundos no valor de R\$ 500,00. O adiantamento de valor foi concedido ao suprido para custear despesas com passagens e locomoção.
 - Empenho, liquidação e pagamento de despesa referente a passagens e despesas com locomoção de palestrantes para um evento promovido pela entidade no valor de R\$ 15.000,00.
50. O total da despesa orçamentária empenhada classificada no grupo de natureza da despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais no mês de agosto de 2017 foi, em reais,
- (A) 9.000,00.
 - (B) 24.500,00.
 - (C) 27.000,00.
 - (D) 32.500,00.
 - (E) 59.000,00.

51. Em decorrência de imprevistos, o suprimento de fundos concedido em agosto de 2017 no valor de R\$ 500,00 não foi utilizado pelo suprido e, em 01/09/2017, o suprido efetuou a devolução do valor total não aplicado. Assim, o registro contábil da devolução deu origem a
- (A) um aumento no ativo permanente.
 - (B) uma redução no resultado patrimonial.
 - (C) uma redução no ativo financeiro.
 - (D) uma redução no ativo permanente.
 - (E) um aumento no resultado patrimonial.



52. Uma unidade gestora de um determinado órgão realizou, em agosto de 2017, movimentação de parte do orçamento para outra unidade gestora pertencente a um órgão diferente. Tal descentralização de créditos orçamentários foi realizada para que a unidade gestora receptora efetuasse a aquisição de equipamentos gráficos classificados, quanto à estrutura programática da despesa orçamentária, como projeto. Assim, a despesa com a aquisição de equipamentos gráficos deve ser classificada, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no elemento de despesa
- (A) 41 – Contribuições, e para a realização da despesa ocorreu um destaque.
- (B) 41 – Contribuições, e para a realização da despesa ocorreu uma provisão.
- (C) 41 – Contribuições, e para a realização da despesa ocorreu uma transferência.
- (D) 52 – Equipamentos e Material Permanente, e para a realização da despesa ocorreu um destaque.
- (E) 52 – Equipamentos e Material Permanente, e para a realização da despesa ocorreu uma transferência.
-
53. Em 27/12/2016, o ordenador de despesa de um determinado Tribunal emitiu empenho no valor de R\$ 15.000,00 para a aquisição de material de consumo que deveria ser entregue em 27/01/2017. Na data acordada, o material adquirido foi entregue pelo fornecedor, sendo que a despesa empenhada foi liquidada e paga nessa mesma data pelo valor do empenho. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 31/12/2016, o valor de R\$ 15.000,00 foi inscrito em Restos a Pagar
- (A) a Realizar.
- (B) Processados.
- (C) não Processados a Liquidar.
- (D) com Prescrição Interrompida.
- (E) não Processados em Liquidação.
-
54. Em fevereiro de 2017, o departamento contábil de um Tribunal constatou que o pagamento de determinado auxílio, de direito dos desembargadores, não estava sendo executado desde novembro de 2016, porque a despesa orçamentária não estava sendo realizada. Assim, nesse mesmo mês, foi realizado o empenho, a liquidação e o pagamento retroativo do valor devido. Desse modo, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a despesa referente aos meses de novembro e dezembro de 2016 deve ser classificada no elemento de despesa
- (A) 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.
- (B) 92 – Despesa de Exercícios Anteriores.
- (C) 42 – Auxílios.
- (D) 93 – Indenizações e Restituições.
- (E) 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas.
-
55. No transcorrer do exercício financeiro de 2016, a dotação atualizada do elemento de despesa Material de Consumo não era suficiente para continuar a prestação de serviços de assistência jurídica às pessoas carentes por uma determinada entidade pública. Assim, em outubro de 2016, atendendo aos critérios legais, foi incorporado à dotação orçamentária referente a Material de Consumo o valor de R\$ 100.000,00. De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, a entidade pública abriu crédito adicional
- (A) especial.
- (B) extraordinário.
- (C) complementar.
- (D) supletivo.
- (E) suplementar.
-
56. A Lei Orçamentária Anual de um ente público referente ao exercício financeiro de 2017 não continha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, portanto, estando de acordo com o princípio orçamentário da
- (A) Legalidade.
- (B) Publicidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Universalidade.
- (E) Unidade ou Totalidade.

**Matemática Financeira**

57. A Cia. Black Friday está vendendo um determinado eletrodoméstico nas seguintes condições especiais:

- Preço à vista: R\$ 7.800,00.
- Condições a prazo: entrada de R\$ 3.000,00 e R\$ 5.136,00 em 60 dias.

A taxa de juros simples mensal cobrada na venda a prazo pela Cia. Black Friday é

- (A) 1,04% a.m.
- (B) 4,31% a.m.
- (C) 2,15% a.m.
- (D) 3,50% a.m.
- (E) 7,00% a.m.

58. A Cia. Endividada obteve um empréstimo de R\$ 2.000,00 para ser pago em duas parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 1.100,00 cada uma. Supondo taxa de juros compostos e sendo i a taxa de juros mensal acordada, a expressão que representa a maneira correta para se obter i é dada por

- (A) $2.000 = \frac{1.100}{(1+i)} + \frac{1.100}{(1+i)^2}$
- (B) $2.000 = \frac{1.100}{(1+i)} - \frac{1.100}{(1+i)^2}$
- (C) $-2.000 = \frac{1.100}{(1+i)} + \frac{1.100}{(1+i)^2}$
- (D) $2.000 = \frac{1.100}{(1+i)^2} + \frac{1.100}{(1+i)^2}$
- (E) $2.000 = \frac{2.200}{(1+i)^2}$

59. João realizou as seguintes aplicações financeiras:

- R\$ 25.000,00, em 31/12/2015, à taxa de juros compostos de 16% ao ano.
- R\$ 35.000,00, em 30/06/2016, à taxa de juros compostos de 3% ao semestre.
- R\$ 40.000,00, em 01/11/2016, à taxa de juros compostos de 1% ao mês.

Considerando que as aplicações realizadas não foram resgatadas, o valor que João tinha em 31/12/2016 referente a estas três aplicações consideradas em conjunto era, em reais,

- (A) 100.000,00.
- (B) 105.854,00.
- (C) 105.450,00.
- (D) 105.850,50.
- (E) 106.900,00.

60. A Cia. Devo e Nego obteve, em 31/12/2016, um empréstimo de R\$ 100.000,00 para ser pago em 31/12/2018. A taxa de juros compostos contratada foi 10% ao ano. Para obter este empréstimo, a Cia. incorreu em despesas de abertura e análise de crédito no valor de R\$ 2.000,00 pagas em 31/12/2016. Em 31/12/2018, além do valor do principal e dos juros, a Cia. pagará uma taxa de encerramento de contrato no valor de R\$ 1.500,00. A taxa efetiva de juros para o período de dois anos cobrada pela instituição credora foi

- (A) 20,00%.
- (B) 21,00%.
- (C) 23,47%.
- (D) 22,50%.
- (E) 25,00%.